

B O L E T I M
MUNICIPAL
C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A



2.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 980

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Sessão da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2012):

- **Proposta n.º 489/2012 (Deliberação n.º 90/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da AML as alterações ao Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, nos termos da proposta [pág. 1676 (6)].
- **Proposta n.º 490/2012 (Deliberação n.º 91/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da AML as alterações ao Regulamento das Desocupações de Habitações Municipais, nos termos da proposta [pág. 1676 (8)].
- **Proposta n.º 491/2012 (Deliberação n.º 92/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da AML as alterações do Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais, nos termos da proposta [pág. 1676 (11)].
- **Proposta n.º 631/2012 (Deliberação n.º 93/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parte de antigo leito de via pública, com a área de 60 m², abrangida pelo Plano de Pormenor das Amoreiras - Unidade de Execução 2, aprovado pela Deliberação n.º 17/AM/2011, nos termos da proposta [pág. 1676 (36)].
- **Proposta n.º 632/2012 (Deliberação n.º 94/AML/2012)**- Submeter à apreciação e deliberação da desafetação do domínio público para o domínio privado da parcela com a área de 361,69 m², sita na Rua Ferreira Borges, 122, nos termos da proposta [pág. 1676 (39)].

- Proposta n.º 633/2012 (Deliberação n.º 95/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da desafetação do domínio público para o domínio privado municipal do prédio sito na Rua da Boavista, 2 a 6, com a área de 88m², freguesia de São Paulo, para efeitos de regularização registral, nos termos da proposta [pág. 1676 (41)].

- Proposta n.º 643/2012 (Deliberação n.º 96/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da repartição de encargos referente ao Concurso Público para aquisição de serviços de seguro de responsabilidade civil automóvel para veículos e equipamentos municipais por uma anuidade, prorrogável anualmente até ao limite de três anos, nos termos da proposta [pág. 1676 (43)].

- Proposta n.º 644/2012 (Deliberação n.º 97/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação do encargo e a assunção do respetivo compromisso referente ao Concurso Público para aquisição de peças, componentes e acessórios para as viaturas da Frota municipal da marca IVECO, nos termos da proposta [pág. 1676 (91)].

- Proposta n.º 824/2012 (Deliberação n.º 98/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da AML o percentual relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2013, nos termos da proposta [pág. 1676 (118)].

- Proposta n.º 825/2012 (Deliberação n.º 99/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da AML o percentual de relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para vigorar no ano de 2013, nos termos da proposta [pág. 1676 (118)].

- Proposta n.º 826/2012 (Deliberação n.º 100/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da AML o lançamento em 2013 do percentual da Derrama para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros, bem como para os restantes casos, a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos da proposta [pág. 1676 (118)].

- Proposta n.º 827/2012 (Deliberação n.º 101/AML/2012)- Submeter à apreciação e deliberação da AML a fixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis, para a liquidação do IMI no ano de 2013, bem como das majorações e reduções, estabelecendo os mecanismos necessários para o cumprimento, nos termos da proposta [pág. 1676 (121)].

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

Sessão de 27 de novembro de 2012

- Deliberação n.º 90/AML/2012 (Proposta n.º 489/CM/2012):

Alteração do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal

Pelouro: Habitação.

Serviço: DMHDS.

Considerandos:

1 - Através da Deliberação n.º 393/CM/2012, a CML aprovou, em 27 de junho, submeter a consulta pública a Proposta de Alteração ao Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal (RRAHM);

2 - Durante a consulta pública foram recolhidos contributos e sugestões que figuram no Relatório da Consulta Pública, nomeadamente de membros permanentes do Conselho Municipal de Habitação, como a AECOPS e a APEMIP, bem como de Associações de Moradores de Bairros Municipais;

3 - A análise dos resultados da consulta pública revela que há uma concordância generalizada com a alteração proposta;

4 - Mantêm-se os principais pressupostos referidos nos considerandos da Deliberação n.º 393/CM/2012;

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos das alíneas e) e i) do n.º 1 do artigo 13.º e b) e e) do artigo 24.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, bem como da alínea c), 2.ª parte do n.º 4 do artigo 64.º da mesma Lei n.º 169/99, proponho que a Câmara delibere aprovar, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal, a alteração ao Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal constante do Anexo 1, que faz parte integrante desta proposta.

ANEXO

Anexo 1 - Proposta de alteração ao RRAHM, comparada com o texto atual.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, 6 Independentes e MPT) e abstenções (PPD/PSD, PCP, CDS/PP, Bloco de Esquerda, PPM e PEV).]

Anexo 1 - Proposta de alteração do artigo 4º do Regulamento do Regime de Atribuição de Habitação Municipal (alterações à direita, em cor azul, sublinhado)

Artigo 4.º

(Excepções ao regime de atribuição)

1 - A Câmara Municipal, deverá, excluir parte das habitações mencionadas no artigo 1.º, do regime de atribuição estabelecido por força do artigo anterior, definindo as regras especiais a aplicar, nos seguintes casos:

- a) Situações de emergência, entre outras: inundações, incêndios e outras catástrofes naturais;
- b) Necessidades de realojamento decorrentes de operações urbanísticas ou outras situações impostas pela legislação em vigor;
- c) Ruínas de edifícios municipais.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o órgão Câmara Municipal poderá afectar um conjunto de habitações referidas no artigo 1.º, excluindo-as do regime de atribuição previsto no artigo 3.º, para alienação a jovens e outros grupos, através de concurso, nos termos do Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais.

Artigo 4.º

(Excepções ao regime de atribuição)

1- {...}

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o órgão Câmara Municipal pode afectar um conjunto de habitações referidas no artigo 1.º, excluindo-as do regime de atribuição previsto no artigo 3.º, para alienação ou arrendamento a jovens e outros grupos, através de concurso, nos termos dos Regulamentos e Programas Municipais em vigor.